



## **Relato da Reunião Ordinária do CD EPSJV 18 de dezembro de 2017**

### INFORMES

#### **Nova composição do grêmio estudantil**

Foi apresentada a composição do grêmio estudantil da EPSJV para o ano de 2018:

Ana Beatriz Andre Moraes - 2º ano de Análises Clínicas  
Ana Beatriz Reis Coimbra - 2º ano de Gerência em Saúde  
Ana Luisa de Alcantara Hygino - 2º ano de Biotecnologia  
Gabriel de Carvalho Valerio Reis - 2º ano de Gerência em Saúde  
Gabriel Pedro Barreto Pires Ferreira - 2º ano de Gerência em Saúde  
Ingrid Vitória de Almeida Martins - 2º ano de Análises Clínicas  
Jairton Henrique Oliveira - 2º ano de Análises Clínicas  
Lygia Cristine Soares da Silva - 2º ano de Análises Clínicas  
Marcella Bezerra Reis - 2º ano de Gerência em Saúde  
Pedro Henrique Mattos Ferreira - 2º ano de Gerência em Saúde  
Rodrigo Henrique Caldeira da Rocha - 2º ano de Biotecnologia

A Direção deu boas vindas ao novo grêmio e disse que pretende fazer um trabalho conjunto com os estudantes, inclusive para planejar e continuar a discutir a abertura do ano letivo de 2018.

#### **Serviço de alimentação**

A EPSJV realizou em novembro a chamada pública para a aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural com a utilização da verba do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). A partir de 2018, o serviço de alimentação oferecido aos estudantes terá um sistema híbrido – a Escola se responsabilizará pela compra de alguns gêneros alimentícios provenientes do PNAE e a empresa terceirizada fornecerá o restante da alimentação e a mão de obra. De todos os itens adquiridos pela Escola por meio da chamada pública, apenas o feijão não será proveniente da agricultura familiar.

Para 2019, conforme apresentado em CDs anteriores, a EPSJV também está trabalhando em um projeto de serviço próprio de alimentação para os estudantes, o que deve gerar uma economia de cerca de R\$ 700 mil por ano. Após a chamada pública do PNAE, a próxima fase desse processo será a compra de equipamentos e estruturação da cozinha. Por fim, com previsão de conclusão até o início de 2019, será feita a contratação dos profissionais que trabalharão na cozinha do Bandeirão. O projeto já foi apresentado e muito bem recebido pela Presidência da Fiocruz, que propôs que a experiência da EPSJV seja usada como piloto para outras unidades.

O coordenador do Lic-Provoc sugeriu que a experiência da Escola com a aquisição de alimentos da agricultura familiar seja objeto de um processo formativo na EPSJV para que os alunos, além de receberem uma comida de qualidade, entendam o processo como um todo. A sugestão é que, no início do próximo ano letivo seja

promovida uma aula a todos os alunos, incluindo a EJA, para que o tema seja apresentado e debatido com os alunos.

A Direção se comprometeu em levar a sugestão da aula à equipe do Projeto Semeando (projeto em elaboração que vem buscando reunir diversas ações que a Escola já desenvolve, tais como alimentação, coleta seletiva de resíduos, atividades com o Terrapia, a Feira Josué de Castro, entre outros) e lembrou que, a partir de 2018, a Escola terá outras ações de sustentabilidade, como a troca dos copos descartáveis por canecas, para alunos e trabalhadores.

## **Movimentação de trabalhadores**

### **Leandro Nardaccio**

O coordenador do Serviço de Administração (SADM), Leandro Nardaccio, por motivos pessoais, solicitou licença sem vencimentos, para se mudar para a França com a família. A Direção e diversos membros do CD EPSJV agradeceram pelo trabalho de Leandro na coordenação do Serviço de Administração e lembraram de sua trajetória na Escola desde a época em que era aluno da EPSJV.

O novo coordenador do Serviço de Administração será Pedro Castilho, hoje assessor da VDGI.

### **Márcia Soares**

Márcia Soares deixou o Lires e se transferiu para o Nuted. Junto com Elizabeth Leher e Verônica Soares, ela é responsável pela Coordenação de Desenvolvimento de Materiais e Tecnologias Educacionais em Saúde (Codemat).

A coordenadora do Lires disse que a saída de Márcia foi aprovada no colegiado, mas lembrou que em 2018 o laboratório poderá ficar sem quatro profissionais na maior parte do ano, já que Ana Reis está em licença médica, a bolsa de Fernanda Martins se encerra em junho de 2018 e ela própria, Bianca Borges, estará em licença maternidade de abril a novembro de 2018.

## **Oficinas regionais de integração com a Rede EPCT**

Concluiu-se a etapa de oficinas regionais de articulação entre a RET-SUS e a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (EPCT). Foram realizadas quatro oficinas, sendo a última nos dias 6 e 7 de dezembro, em Florianópolis (SC). Os resultados dos encontros estão sendo compilados pela equipe da RET-SUS e serão divulgados quando estiverem consolidados.

Em 2018, será realizada uma nova etapa do processo de articulação e está prevista para o segundo semestre uma oficina nacional para consolidar o conjunto de iniciativas propostas nas etapas anteriores.

O coordenador da RET-SUS destacou que as oficinas possibilitaram a aproximação da EPSJV com as escolas da rede federal.

## **Encontro da Reditec**

A EPSJV participou, de 20 a 24 de novembro, em João Pessoa (PB), da Reunião dos Dirigentes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica (Reditec), que congrega Institutos Federais, Cefets, Escolas Técnicas vinculadas a universidades e Universidades Tecnológicas.

No encontro, a Escola foi convidada a participar de um Grupo de Trabalho (GT) que formulará um documento orientador para construir procedimentos para educação especializada e específica (antiga educação especial). O documento deve ser

concluído até março de 2018 e a contribuição da EPSJV será, principalmente, na questão da capacitação de trabalhadores das escolas para lidar com alunos com deficiências. A Direção solicitou que os laboratórios e setores que tenham pessoas interessadas em contribuir com o documento indiquem os nomes para a Direção.

### **Fórum Social Mundial**

A EPSJV foi convidada, por meio de Marcela Pronko (Latec), para participar da organização do VII Fórum Social Mundial da Saúde e da Seguridade Social, que acontecerá de 10 a 12 de março de 2018, em Salvador (BA). Marcela vai articular com os setores da Escola para propor atividades para o Fórum.

### **Abrascão 2018**

A EPSJV encaminhou cinco propostas de mesas de debates para o Abrascão 2018.

Duas propostas foram aceitas como mesa: 'A formação dos trabalhadores técnicos para o acesso universal à saúde', coordenada por Anakeila de Barros Stauffer, com a participação de Maram Mané (Inasa, Cabo Verde), Oscar Feo Istúriz (Universidad de Ciencias de la Salud de la Alianza Bolivariana para os Povos da Nossa América) e Nancy Molina (Facultad de Medicina - Universidad Nacional de Colombia); e a mesa 'Conquistas, limites e desafios da Educação Profissional em Saúde no Brasil: da Reforma Sanitária à conjuntura atual', coordenada por Maria Luiza Jaeger (Secretária da primeira gestão da Secretaria da Gestão da Educação e da Saúde do Ministério da Saúde), com a participação de Marise Nogueira Ramos (Professora e Especialista em Ciência, Tecnologia, Produção e Inovação em Saúde Pública da EPSJV/Fiocruz, Doutora em Educação – UFF e Pós-Doutora em Etnossociologia do Conhecimento Profissional – UTAD/Portugal), Ena Galvão (Diretora da Escola Técnica de Saúde de Brasília – ETESB) e Gaudêncio Frigotto (Professor Titular aposentado de Economia da Educação – UFF e Professor do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana da UERJ).

Outras três propostas apresentadas pela Escola não foram incorporadas por não se referirem a objetos específicos da Escola. São elas: 'Determinação social, formação profissional e a emergência da tríplice epidemia no Brasil', 'Formação de trabalhadores técnicos de saúde no Brasil: possibilidades e desafios em uma conjuntura de reformas na saúde e na educação' e 'A revisão da Política Nacional de Atenção Básica na conjuntura de contrarreformas neoliberais: em qual direção caminha a Atenção Básica no SUS?'. A EPSJV vai tentar negociar sua participação nessas mesas, de modo que seja contemplada a perspectiva dos trabalhadores técnicos em saúde

### **Plano de Governança em TI da Fiocruz**

Foi apresentado nas reuniões de novembro e dezembro do CD Fiocruz o Plano de Governança em Tecnologia da Informação (TI) da Fiocruz. Foi destacado que não há uma política comum de governança na Fiocruz e que as ações são muito pulverizadas nas unidades, o que traz alguns problemas para os usuários. Algumas medidas foram implementadas, tais como as salas-cofre.

Foi informado ainda que, por exigência do Ministério do Planejamento (MPOG), a Fiocruz já deveria ter criado um Comitê de Governança de TIC. Em função do debate em torno dos nomes que comporiam esse comitê, o CD Fiocruz sugeriu que esse debate seja mais ampliado, inclusive com a criação de um fórum específico de TIC na instituição.

### **PA 2018**

Termina no dia 22 de dezembro o prazo para que os laboratórios e setores insiram os dados no PA 2018. A Direção informou que a Escola ainda não foi chamada pela Presidência da Fiocruz para negociar o Orçamento de 2018 e que isso só deve

acontecer em janeiro. Caso ocorra, a Direção entrará em contato com os laboratórios e setores para definir possíveis cortes no Orçamento.

O coordenador do Labgestão solicitou que a VDGI envie para os laboratórios o referencial de valores dos bolsistas e terceirizados para a inserção no PA 2018.

### **BNCC**

Foi aprovada no dia 15 de dezembro a proposta da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para o ensino fundamental e infantil. A proposta para o ensino médio ainda está em tramitação.

A Direção destacou a importância de a Escola discutir o tema no início de 2018, já que ele afeta diretamente a instituição, principalmente quando for aprovada a Base para o ensino médio.

### **Formação de ACS e ACE**

A Fiocruz foi convidada pelo Ministério da Saúde a participar de uma formação à distância para 200 mil Agentes Comunitários de Saúde (ACS) e Agentes de Combate a Endemias (ACE), por meio da Universidade Aberta do Sistema Único de Saúde (UNA-SUS). A formação, no entanto, é em técnico de enfermagem, com atuação na Estratégia Saúde da Família (ESF), conforme definido na última reunião da Comissão Intergestores Tripartite (CIT). No dia 21 de dezembro, o vice-presidente de Educação, Informação e Comunicação da Fiocruz, Manoel Barral, na condição de Secretário Executivo da UNA-SUS, participará de uma reunião no Ministério da Saúde para discutir a formação.

Pelo cronograma do Ministério, até dezembro de 2017, todas as instituições com interesse em participar da formação devem se cadastrar. Nesse mesmo mês seria definido o currículo do curso, que terá início em março de 2018.

Na própria reunião do CD Fiocruz, a Direção da EPSJV apresentou o problema desse tipo de oferta de formação para o trabalhador técnico em saúde e se colocou à disposição da Presidência da Fiocruz, de preferência antes da reunião com o Ministério, para discutir a complexidade dessa proposta, lembrando o contexto recente dos projetos de lei que alteram as atribuições dos ACS e ACE e as implicações da formação técnica a distância. Lembrou também que existe uma discussão sobre Educação à Distância (EAD) na Fiocruz e que há uma evasão de 70% nessa modalidade de ensino, no nível superior, segundo dados da própria Fundação.

A representante da coordenação do Laborat destacou que a experiência do EdPopSUS mostra que a EAD não funciona bem com esse perfil de trabalhador e que essa formação proposta pelo Ministério retoma o modelo biomédico e desestrutura a ESF. Lembrou ainda que está acontecendo a reformulação da Política Nacional de Saúde Mental, com um investimento nas comunidades terapêuticas com a participação de entidades privadas.

O Laborat propôs que a EPSJV produza um documento sobre a formação proposta pelo Ministério da Saúde, faça uma mediação com outras ETSUS sobre essa proposta de curso e também faça a interlocução com a vice-presidência de Educação da Fiocruz. Sugeriu ainda que a Escola solicite a ata da reunião da CIT para ter mais clareza do que foi definido na reunião.

A Direção solicitou que o documento seja produzido pelo grupo da Escola que vem discutindo os projetos de lei que alteram as atribuições dos ACS e ACE para que

pudesse ser entregue ao vice-presidente Manoel Barral antes da reunião no Ministério.

O representante da coordenação do Lateps destacou que era urgente que a Direção se reunisse com Barral antes da reunião com o Ministério para que ele vá para a reunião com os elementos para derrubar essa formação de ACS e ACE por meio da EAD. Para ele, a Fiocruz tem que impedir essa formação e não deve aceitar fazer parte dela. Lembrou que o Conselho Nacional de Saúde (CNS) reprova cursos a distância na área de saúde, principalmente técnicos, mas a CIT aprovou a formação nessa modalidade para alguns cursos na área de saúde. Lembrou ainda que essa formação, provavelmente, será feita por instituições privadas, que são a maior parte na formação de enfermagem.

A coordenadora do Lavsa lembrou que todos os pareceres que o GT da Escola fez contrários aos projetos de lei dos ACS e ACE saíram assinados pela presidência da Fiocruz. Portanto, considerava uma contradição a Fiocruz agora aceitar fazer essa formação à distância. Disse ainda que acha que as ETSUS vão participar dessa formação por indução do Ministério.

A Direção disse que continuará tentando contato com Barral.

PAUTA

### **Congresso Interno**

A Direção fez um breve relato sobre a avaliação do VIII Congresso Interno da Fiocruz, apresentada na reunião do CD Fiocruz, no dia 15 de dezembro. Segundo ela, a Presidência da Fiocruz considerou que o último congresso foi um marco de amadurecimento da instituição e de demonstração de confiança política na Presidência, que conseguiu encaminhar um trabalho conjunto, mesmo em um ano de conjuntura difícil, em busca de projetos mais inclusivos e justos na Fiocruz, sem se eximir dos debates políticos. A maior parte dos membros do CD Fiocruz concordou com a avaliação da Presidência.

Na reunião do CD, avaliou-se que o tempo do Congresso Interno foi curto para os debates e sugeriu-se a realização de um congresso com plenárias dois meses depois dos debates para ter tempo de elaborar melhor o documento final.

As direções da EPSJV e da ENSP apontaram a necessidade de se discutir o pós-congresso, ou seja, como fazer para que o conjunto da Fiocruz se aproprie do documento e discuta como colocar em prática as deliberações.

Segundo a Direção, toda a discussão ficou muito amigável e não apareceram no CD Fiocruz os incômodos dos grupos de trabalho e da plenária, que foram consideradas rápidas por parte dos delegados, o que impedia uma maior discussão dos temas propostos.

Na reunião do CD Fiocruz, também foram apresentadas para deliberação as 12 moções propostas no Congresso Interno e que não foram avaliadas pela plenária.

As moções aprovadas foram:

- Moção em defesa da Democracia, do Livre Pensamento e da Autonomia Universitária;
- Moção de repúdio à Proposta de Emenda Constitucional (PEC Nº 181/2015);
- Moção de Apoio a Produção Pública de Medicamentos e Imunobiológicos;
- Moção de Repúdio ao Capítulo X da Lei 13097/2015 que institui no artigo 73 a possibilidade de outros laboratórios não governamentais realizarem análises fiscais

e de controle para fins de fiscalização e monitoramento dos produtos sujeitos ao regime de vigilância sanitária;

- Moção de solidariedade ao Movimento dos Sem Terra;
- Moção de repúdio à Reforma da Previdência.

As moções não aprovadas são:

- Moção ao banimento de todo tipo de assédio no serviço público (retirada porque já era uma tese do congresso interno);
- Moção em Defesa da Gestão Pública e de qualidade da Atenção Básica de Saúde (o CD Fiocruz apoiou, mas não considerou o texto uma moção);
- Moção em defesa da assistência estudantil e dos direitos relativos ao "Passe Livre" dos estudantes da Rede Federal de Educação Básica (o CD Fiocruz não considerou o tema como objeto da Fiocruz mas se comprometeu a elaborar uma carta da Fiocruz em apoio aos estudantes);
- Moção em defesa dos direitos dos pós-graduandos e a regulamentação do exercício de duas atividades (mas comprometeu-se em contribuir na gestão da questão junto aos conselhos);
- Moção contra os constantes cortes de orçamento às Universidades e Institutos Federais e Estaduais do país (o CD Fiocruz não aprovou o texto);
- Moção de repúdio à proposta de alteração da Política Nacional de Saúde Mental (o CD não apoiou a redação).

Com o objetivo de contribuir com o balanço do Congresso Interno, a Direção convidou os delegados da EPSJV para esse momento do CD. Estiveram presentes: Anamaria Corbo, André Malhão, Cátia Guimarães, Geandro Pinheiro, Jefferson Almeida, Luciana Milagres, Marcia Teixeira e Silvio Valle, além da diretora e dos vice-diretores de Ensino e Pesquisa.

André Malhão ressaltou que, apesar de a condução do congresso não ter favorecido o debate político, a Fiocruz conseguiu aprovar um documento importante para os enfrentamentos externos que a instituição tem pela frente. A qualidade do documento, segundo ele, está mais nas posições expressas nos textos de fundamentação do que propriamente nas diretrizes aprovadas. Como parte do balanço, ele também lamentou que, do ponto de vista institucional, há muito tempo o congresso interno tornou-se uma mera formalidade.

Geandro Pinheiro lamentou que o congresso tenha sido compreendido como um evento concentrado em torno de uma plenária e não como um processo mais longo, com espaços de construção e acúmulo e momentos de concentração. Ele considerou que a segunda e última versão do documento final veio com muitas modificações, o que acabou dificultando que algumas teses e diretrizes novas pudessem ser suficientemente discutidas. Ressaltou ainda que o encaminhamento dado às moções – de serem aprovadas pelo CD Fiocruz – foi equivocado. Defendeu, por fim, que seria pedagógico um processo pós-congresso na instituição para pensar, entre outras coisas, em como transformar as mais de 200 diretrizes em um plano estratégico. Ele ressaltou a importância de a EPSJV se apropriar dos posicionamentos do congresso, incluindo uma reflexão por parte do CD.

Jefferson Almeida destacou que o congresso interno foi marcado por um posicionamento político de enfrentamento à conjuntura, mas que não houve uma avaliação política crítica interna, sobre a inserção da Fiocruz nessa conjuntura.

Cátia Guimarães ressaltou que o congresso interno teve poucos temas polêmicos, mas que havia pessoas orientadas a defender, durante os debates, alguns pontos que pareciam prioritários, como a ampliação e fortalecimento da Unasus, a brecha para a mudanças no modelo político-jurídico institucional da Fiocruz e a contenção

do debate crítico sobre o Conselho Superior da Fiocruz. Ela disse ainda que chamou atenção a falta de protagonismo da presidente da Fiocruz no processo congressual e que considera que a ausência do debate interno sobre a inserção da Fiocruz na conjuntura foi uma estratégia da organização do congresso.

Anamaria Corbo também destacou a falta de discussões mais combativas, considerou que as diretrizes não foram suficientemente discutidas e lamentou o fato de as moções não terem sido discutidas na plenária final.

A Direção também destacou a falta de grandes debates e resaltou a percepção de que, em todos os temas, o objetivo não era privilegiar o debate, mas sempre buscar o consenso para o registro no texto final.

Márcia Teixeira destacou como ponto positivo o fato de mais unidades terem se preparado para o congresso interno, ao contrário do que vinha acontecendo nas últimas edições. Ela destacou também como algo potencialmente positivo a presença de muitos delegados iniciantes, que nunca tinham participado de congresso interno antes. Destacou, no entanto, que, se as discussões e deliberações desse congresso interno continuarem sendo tratadas só formalmente, como vem acontecendo nos últimos anos, isso pode significar uma frustração para esses novos delegados.

A Direção informou que a Presidência vai mandar o relatório final para as direções e as unidades terão cerca de 15 dias para enviar as contribuições dos delegados antes da divulgação do documento.

### **Nota de repúdio**

A Direção apresentou ao CD EPSJV a proposta, sugerida pelo Lavsa, de que a Escola subscreva a nota da Abrasco "Contra a censura e intimidação de pesquisadores e pelo direito de se produzir ciência em defesa da vida", em apoio a Fernando Ferreira Carneiro, pesquisador da Fiocruz Ceará e membro do Grupo Temático de Saúde e Ambiente da Abrasco, que está sendo processado pelo agronegócio em função de suas posições contra o uso de agrotóxicos. O CD EPSJV aprovou a subscrição da nota.

O Lavsa também sugeriu que a Escola faça outra nota em apoio ao pesquisador e ao direito de as instituições públicas divulgarem informações em saúde. A nota será produzida pelo Lavsa e enviada aos membros do CD EPSJV para aprovação.

### **Presentes**

Alexandre Pessoa (Lavsa) - convidado  
Ana Lucia Soutto Mayor (Reprepoli)  
Anakeila Stauffer (Direção)  
Anamaria Corbo (Laborat) - convidada  
André Malhão (Lateps)  
Bianca Borges (Lires)  
Bianca Cortes (Labman)  
Carlos Maurício Barreto (VDEI)  
Cátia Guimarães (CCDE) - convidada  
Geandro Pinheiro (CCI) - convidada  
Gilberto Estrela (Labgestão)  
Grasileli Nespoli (Laborat)  
Ieda Barbosa (Lavsa)

Jefferson Almeida (RET-SUS) - convidado  
José Orbílio (VDGDI)  
Leandro Nardaccio (SADM)  
Luciana Figueiredo (Labform)  
Luciana Milagres (CCI) - convidada  
Márcia Teixeira (Labman) - convidada  
Marcio Rolo (Lic-Provoc)  
Maria Emilia (Reprepoli)  
Mônica Murito (Latec)  
Pedro (Grêmio Estudantil)  
Sergio Ricardo (VDPDT)  
Silvio Valle (Latec) - convidado